

As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi¹

Francisco Silva Noelli²
Universidade Estadual de Maringá

RESUMO: Desde 1838 se vem imaginando e pesquisando a origem e a expansão dos Tupi. Mas foi apenas nos últimos quarenta anos que a questão passou a ser tratada com elementos obtidos pela lingüística histórica e pela arqueologia. Entretanto, essas informações recentes ainda não foram totalmente absorvidas, pois seguem vigentes as hipóteses e conclusões propostas há mais de cem anos.

PALAVRAS-CHAVE: arqueologia, centro de origem dos Tupi, rotas de expansão dos Tupi.

O interesse em explicar cientificamente a enorme dispersão territorial dos Tupi surgiu pela primeira vez em 1838 e se mantém, sendo uma questão quase inteiramente aberta à pesquisa e ao debate. Até o momento tem havido consenso sobre a existência de um centro de origem comum, do qual os Tupi se distanciaram para várias direções e se diferenciaram, por meio de processos histórico-culturais distintos. Mantiveram, porém, diversas características culturais comuns.

Tal consenso, entretanto, refere-se apenas à existência de um centro e de distintas rotas de expansão. Não há consenso quanto à localização geográfica desse centro e quanto à direção das rotas.

Através de um histórico das pesquisas sobre os dois temas, o objetivo deste artigo é resenhar e discutir as hipóteses sobre o centro de origem e as rotas de expansão dos Tupi, mostrando que houve mais recorrências à primeira hipótese e bem menos pesquisas em busca de provas científicas. Paralelamente, mostrando o estado em que se encontra a questão, pretende-se apresentar sobretudo as interpretações surgidas a partir de 1960, quando foram incorporados dados arqueológicos (localização de sítios/datações radiocarbônicas e termoluminescentes) e lingüísticos (glotocronologia e relações entre as línguas). Ao mesmo tempo, minha intenção também é mostrar que:

A) Há elementos suficientes para dar consistência ao estabelecimento de relações diretas ligando grupos Tupi pré-históricos aos históricos, criando as bases científicas para compreender globalmente suas origens, continuidades, mudanças e/ou desaparecimento.

B) É importante que se passe a considerar a cronologia arqueológica, nos casos em que é possível, a partir das datações radiocarbônicas, abandonando-se as temporalidades propostas no século XIX, como a sugestão de que a expansão teria ocorrido pouco antes do século XVI.

C) É necessário que se abandonem as hipóteses e os pressupostos apoiados somente em informações históricas, produzidas antes da pesquisa arqueológica e lingüística mais recente, cujas conclusões distorcem os acontecimentos pré-históricos.

Isto é possível a partir de estudos como o de Colin Renfrew (1987), que manifesta a necessidade de desenvolver metodologias que integrem dados arqueológicos e lingüísticos para estudar a história e o desenvolvimento das populações. Cabe repetir aqui sua crítica à pesquisa sobre o centro de origem e rotas de expansão dos indo-europeus. Renfrew concluiu que por muito tempo lingüistas e arqueólogos se contentaram em usar acriticamente os resultados arqueológicos e lingüísticos e que

seria o momento de desenvolver metodologias que integrassem as abordagens de ambos. Pode-se afirmar que os Tupi preenchem os requisitos para a realização de um empreendimento deste tipo.

Subjacente ao debate há duas hipóteses que vêm sendo aperfeiçoadas e ganhando consistência progressivamente, a partir das informações obtidas nos últimos trinta anos: 1) as diferenciações materiais acompanharam as derivações lingüísticas; 2) as diferenciações materiais e tecnológicas não aconteceram isoladamente, mas a partir de fenômenos culturalmente encadeados.

Entre 1838 e 1946, as hipóteses sobre o tema foram construídas com dados históricos e etnográficos que não propiciam elementos tão consistentes quanto os arqueológicos e lingüísticos para definir origem, expansão, continuidades e mudanças pré-históricas. Foram influenciadas por diversas teorias, desde o degeneracionismo, os determinismos raciais e geográficos, até o evolucionismo. Como se verá, a maior parte das hipóteses sobre o centro de origem e a expansão fundamentou-se em deduções a partir da localização histórica dos povos Tupi conhecidos.

Desde 1946 até a atualidade, com a publicação do *Handbook of South American Indians*, as informações arqueológicas passaram a ser interpretadas a partir do determinismo ecológico e do difusionismo. Neste mesmo período foram introduzidos métodos próprios da lingüística histórica (Dyen, 1956; Rodrigues, 1963, 1986; Swadesh, 1971; Ehret, 1976; Camara Jr., 1979a, 1979b), especialmente para identificar as relações entre as línguas mais aparentadas.

Os Tupi

Por Tupi designa-se um tronco lingüístico que engloba aproximadamente 41 línguas que se expandiram, há vários milênios, pelo leste da América do Sul (Brasil, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai). Por Tupi são designados também os povos falantes dessas línguas.

Das 41 línguas, as mais citadas desde a chegada dos europeus foram o guarani e o tupinambá. Apesar da aceitação da organização do tronco lingüístico feita por Aryon Rodrigues (1950, 1958, 1964, 1984-1985, 1986), o termo tupi tem sido usado, indevidamente, para designar unicamente a língua tupinambá. Em muitas publicações de arqueologia há uma tendência a englobar simplificadaamente todos os não-Guarani (as demais quarenta línguas) como um só povo, denominando-o Tupi, eliminando-se as diferenciações existentes (ver lista de línguas in: Montserrat, 1994:98). A expressão Tupi-guarani, que define uma das sete famílias lingüísticas do tronco tupi, também vem sendo usada indevidamente para designar uma língua em algumas publicações.

Migração ou expansão?

A terminologia tradicionalmente utilizada para definir todos os movimentos populacionais dos Tupi é um tanto restritiva, pois concebe-os apenas como *migrações*³. O termo *migração* significa etimologicamente, em sua origem latina, movimento saindo de um lugar para outro, abandonando sua região de origem. No caso dos Tupi este termo seria mais adequado para definir as movimentações que os mesmos realizaram, motivados pela pressão de outros povos, como por exemplo, após 1500, dos europeus. Estas migrações foram caracterizadas, inclusive, como movimentos de fuga (Métraux, 1927).

Este termo, porém, não parece definir adequadamente aqueles movimentos dos Tupi desencadeados possivelmente por razões outras, tais como o crescimento demográfico, diversas modalidades sócio-políticas de fracionamento das aldeias, manejo agroflorestal etc. Conforme estudos arqueológicos, foi possível verificar que os Tupi mantinham a posse de seus domínios por longos períodos, expandindo-se para novos territórios sem abandonar os antigos (Brochado, 1984; Scatamacchia, 1990; Noelli, 1993b). Pesquisas etnobiológicas e de história indígena vêm demonstrando que os territórios de domínio de

alguns povos Tupi eram lentamente conquistados, manejados e longamente usufruídos, constituindo, então, uma faceta muito importante a ser considerada no estudo da expansão (Noelli, 1993a, b).

O termo adequado para definir estes deslocamentos, portanto, é *expansão*, significando distensão, alargamento, alastramento, com o sentido de ir conquistando novas áreas sem abandonar as anteriores. Assim como Anthony (1990) realizou aprofundado estudo sobre a *migração* em arqueologia, seria importante um desenvolvimento similar a respeito das questões geográficas e sociais que envolvem as *expansões*, especialmente em termos conceituais e metodológicos.

As hipóteses sobre o centro de origem

Em conferência proferida em 1838, “O passado e futuro da humanidade americana”, Karl F.Ph. von Martius (1867 I:1-42) propôs pela primeira vez a hipótese de um centro de origem dos Tupi entre o Paraguai e o sul da Bolívia, considerando esta região como a possível porta de entrada humana para o leste da América do Sul, a partir dos Andes. Martius acreditava que a expansão fora recente, pouco antes da chegada dos europeus, e que, desde antes de 1500, de “longa data”, já estavam no caminho da degeneração, sugerindo que as altas culturas eram anteriores às tribais (Martius, 1867 I:1-42, explora demoradamente a questão). A partir da idéia de que as populações nativas da América passaram por um contínuo processo de decadência, deduziu a existência de várias línguas derivadas de umas poucas originais. As derivações seriam originárias de uma desordenada mistura entre populações distintas, resultando em novas línguas e dialetos. Esta posição foi repetida em sua tese “Como se deve escrever a História do Brasil” (Martius, 1845), vencedora de um concurso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Em 1839, seguindo Martius e partindo de critérios lingüísticos, físicos e de localização geográfica dos falantes do tronco tupi, Alcides

D'Orbigny sugeriu uma região entre o Paraguai e o Brasil como “pátria primitiva” (D'Orbigny, [1839] 1944:37, 368). Denominou, então, todos os Tupi como “Brasílio-Guarani” ou “Guarani”.

Em 1886 Karl von den Steinen (1886:353) propôs que as cabeceiras do rio Xingu estavam na área “onde mais ou menos se encontra o ponto geográfico central da irradiação tupi”. Von den Steinen (1886:323) foi o criador do termo tupi-guarani. Embora não tenha justificado sua criação, pode-se inferir que teve o objetivo de eliminar a confusão das discussões da sua época, quando se chamavam os Tupi ora de “tupi” ora de “guarani” (discussão do problema in: Edelweiss, 1947).

Paul Ehrenreich (1891), membro da segunda expedição de Von den Steinen ao Xingu, em 1887, munido de argumentações lingüísticas e etnográficas mais explícitas que seus predecessores, dizia que “tudo indica que devemos procurar seu ponto de êxodo onde ainda hoje vemos aglomerada a massa mais compacta destas tribos, isto é, no Paraguai e suas vizinhanças”. Dizia também que a “distribuição muito espalhada destes povos, como se verá examinando um mapa, explica-se pela irradiação de um centro⁴” (Ehrenreich, 1891). Em Ehrenreich nota-se a continuidade das hipóteses sobre o local do centro de origem de D'Orbigny e Martius, e sobre a irradiação central de Von den Steinen. Foi nestes quatro cientistas que grande parte dos demais pesquisadores embasou suas proposições.

Wilhelm Schmidt (1913), um dos criadores da aplicação da teoria dos círculos culturais na América do Sul, após comparações de diversos aspectos culturais entre os Tupi e, num espectro mais amplo, destes com povos de outras culturas, propôs como centro de origem a área das nascentes do Amazonas.

Affonso A. de Freitas (1914) sugeriu como centro de origem a região situada entre as cabeceiras do rio Madeira, lago Titicaca, rios Beni e Araguaia (crítica in: Baldus, 1954:251-2).

Rodolfo Garcia (1922), baseado em Ehrenreich, coloca a área entre as bacias dos rios Paraguai e Paraná como provável centro de origem.

Fritz Krause (1925) definiu uma região aproximada à dos Omágua e Kokáma, entre os rios Napo e Juruá, como centro de origem.

Alfred Métraux (1927, 1928, 1948a, 1948b) pode ser considerado o divisor de águas entre todos os que propuseram centros de origem, pois foi o primeiro a justificar suas proposições com elementos sistematicamente organizados e comparados. Também foi o mais citado e o menos contestado em suas hipóteses a respeito do centro de origem e das rotas de expansão (críticas in: Brochado, 1984:351-4; Laraia, 1986:22). A notável imunidade de suas propostas sobre as “migrações” pré-históricas, tornadas obsoletas pela arqueologia, ainda se mantém (Laraia, 1988; Brandão, 1990; Fausto, 1992:382; Santos, 1992; Porro, 1992:74-76).

Embora o seu primeiro trabalho de fôlego tenha tratado das migrações históricas dos tupi⁵ (Métraux, 1927), foi no estudo sobre a cultura material que Métraux (1928) propôs sua hipótese sobre o centro de origem. Inspirado pelos métodos comparativos de Erland Nordenskjöld e Wilhelm Schmidt, Métraux comparou geograficamente elementos materiais e tecnológicos, deduzindo que o centro de origem seria uma “região suficientemente vizinha” da Amazônia, porque os Tupi apresentavam influências setentrionais e Amazônicas (Métraux, 1928:310). Métraux supôs que, dificilmente, a margem norte do Amazonas seria a “pátria primitiva”, e que o centro de origem estaria em algum lugar da bacia do Tapajós ou do Xingu. Por fim, definindo-se, concluiu que:

nenhuma tribo Tupi-Guarani de importância na época pré-histórica estaria estabelecida sobre a margem esquerda do Amazonas e que a ocupação de sua costa seria feita tardiamente, nos forçando portanto a colocar o centro de dispersão das tribos desta raça dentro da área limitada ao norte pelo Amazonas, ao sul pelo Paraguai, a leste pelo Tocantins e a oeste pelo Madeira. [Métraux, 1928:312]

Branislava Susnik (1975:57), após uma revisão etnológica tão ampla quanto a de Métraux, sugeriu as planícies colombianas como centro de origem. O motivo das expansões obedeceriam quatro fatores essenciais: 1) crescimento demográfico, com o problema simultâneo do fracionamento dos núcleos originais; 2) necessidade de novas terras para agricultura; 3) pressão periférica de povos não-Tupi; 4) abandono coletivo de zonas sem condições ecológicas adequadas.

O segundo grande grupo de estudiosos a propor centros de origem foi constituído por lingüístas, também baseados em Martius, Von den Steinen e Ehrenreich.

Moisés Bertoni (1916, 1922) acreditava na existência de uma única língua karíb-guarani, dominando as Américas Central e do Sul. Bertoni chamava de “guarani” o tronco tupi e afirmava que a origem dos Tupi era asiática, vindos para a América já formados culturalmente. Bertoni (1922:298), reproduzindo Max Uhle, afirmou que os Tupi tiveram influência direta das altas culturas mexicanas e centro-americanas.

Paul Rivet (1924), influenciado por Martius e Ehrenreich, após comparar diversas línguas, propôs o centro de origem entre os rios Paraguai e Paraná, na altura do Paraguai. Rivet foi reproduzido por Jorge B. Stella (1928), Mansur Guérios (1935), Aryon Rodrigues (1945) e J. Alden Mason (1950).

Aryon Rodrigues, em 1964, com outros critérios, a partir do método léxico-estatístico e da noção de que a concentração da maioria das famílias de um tronco lingüístico numa mesma área sugeria o centro de origem de uma protolíngua, propôs que o centro de origem dos Tupi deveria ser procurado na região do Guaporé (Rodrigues, 1964:103).

Outros lingüístas também propuseram distintos centros de origem: Cestmir Loukotka (1929:mapa, 1935, 1950) – entre o Juruena e o Arinos; A. Childe (1940) – cabeceiras do Xingu e alto Araguaia; Ernest Migliazza (1982) – entre o Ji-Paraná e Aripuanã, tributários do rio Madeira; Greg Urban (1992) – para o tronco tupi, entre o Madeira e

o Xingu, mais próximo das cabeceiras que das várzeas e, exclusivamente para a família Tupi-guarani, entre o Madeira e o Xingu. Magalhães (1993) mesclou as propostas de Loukotka com as rotas de expansão de Meggers.

O terceiro grupo a propor hipóteses para um centro de origem é composto de arqueólogos.

A primeira etapa da pesquisa arqueológica a respeito das origens está relacionada às comparações entre cerâmicas, onde se procurou verificar as relações da cerâmica dos Tupinambá e dos Guarani com as da Amazônia (Netto, 1885; Torres, 1911, 1934; Linné, 1925; Costa, 1934; Howard, 1947, 1948; Willey, 1949). Em 1934, Angyone Costa (1934: mapa VI) sugeriu a região central de Mato Grosso como centro de origem. Nesta época as influências de Martius e Métraux são perceptíveis em Samuel Lothrop (1932) e Gordon Willey (1949), embora não explícitas, principalmente a hipótese de dispersão tardia e centro de origem no médio Paraná.

A questão dos centros de origem sob o ponto de vista arqueológico recebeu destaque nos anos 60, com a instalação do Pronapa⁶, cujo objetivo era acumular dados para elaborar uma “seqüência cultural e reconhecer as direções de influências, migração e difusão” (Evans, 1967:9). Entretanto, baseado em premissas⁷ de pesquisas anteriores (Meggers, 1951, 1954, 1957, 1963; Meggers & Evans, 1957; Silva & Meggers, 1963), o Pronapa postulava a invenção da cerâmica fora da Amazônia, decadência cultural causada pelo ambiente adverso da floresta tropical e uma difusão recente. A similaridade com as proposições de Martius era clara, apesar de não citadas. Dos cinco anos do Pronapa, há três sínteses gerais (Brochado et al, 1969; Pronapa, 1970; Meggers, 1985) e duas a respeito da tradição “Tupiguarani” (Brochado, 1973; Meggers & Evans, 1973).

É importante destacar que os “pronapianos” sugeriram que se deixasse de empregar as centenárias designações etnográficas para os vestígios arqueológicos (guarani e tupinambá), propondo que:

Após a consideração de possíveis alternativas, não obstante suas conotações lingüísticas, foi decidido rotular como ‘Tupiguarani’ [escrito numa só palavra] esta tradição ceramista tardiamente difundida, considerando já ter sido o termo consagrado pela bibliografia e também a informação etno-histórica estabelecer correlação entre as evidências arqueológicas aos falantes de língua Tupi e Guarani, ao longo de quase todo o litoral brasileiro. [Brochado et al, 1969:10; Pronapa, 1970:12]

O conceito “Tradição Tupiguarani” foi baseado na proposição de Willey & Phillips (1958:22), e foi definido como:

uma tradição cultural caracterizada principalmente por cerâmica polierômica [vermelho e ou preto sobre engôbo branco e ou vermelho], corrugada e escovada, por enterramentos secundários em urnas, machados de pedra polida e pelo uso de tembetás. [*Terminologia*, 1969:8 e 1976:146]

Nesta abordagem do Pronapa eliminou-se o uso das informações históricas e lingüísticas, passando-se a empregar exclusivamente as arqueológicas. Iniciou-se, entre os arqueólogos, um período de esquecimento das diferenças de identidades e de cultura material reconhecidas entre os Tupi, enquadrando-se numa única categoria povos historicamente conhecidos tanto por suas igualdades como por suas diferenças e oposições.

Esta proposta dos “pronapianos” foi possível devido à similaridade entre a técnicas de tratamento de superfície das cerâmicas de diversas populações Tupi, inclusive dos distanciados por milhares de quilômetros. Por outro lado, foi privilegiada a análise da composição da pasta e não a relação entre forma e uso das vasilhas, abundantemente descritas nas crônicas e dicionários dos primeiros contatos nos séculos XVI e XVII. A consideração da relação entre todo o processo produtivo, a forma e a funcionalidade poderá elucidar as semelhanças e diferenças entre as cerâmicas dos Tupi, enquanto que a pasta é um marcador limitado, relativo à opção das ceramistas ou às peculiaridades geológicas de suas regiões de inserção.

Meggers (1972:129), baseada nos resultados do Pronapa e nas suas proposições do início dos anos 60 (Meggers, 1963), definiu como centro de origem a base dos Andes, na Bolívia. No ano seguinte, junto com Clifford Evans, baseando-se em Métraux (1927) e Rodrigues (1958), desloca a “terra natal” dos Tupi para a planície amazônica, a leste do rio Madeira (fronteira Brasil/Bolívia), onde se concentrava o maior número de famílias lingüísticas do tronco tupi (Meggers & Evans, 1973:57). Posteriormente, Meggers reiterou sua segunda hipótese (Meggers, 1975, 1976, 1982; Meggers & Evans, 1978:figs. 7 e 8; Meggers, Dias, Miller & Perota, 1988:fig.5). Entre os arqueólogos, Meggers foi seguida por Pedro I. Schmitz (1985:mapa 1;1991:mapa 1), que se baseou lingüisticamente em Migliazza (1982) para marcar o centro de origem, as expansões e a temporalidade.

Brochado (1973) localizou geograficamente os sítios, interpretando 55 datas radiocarbônicas obtidas pelo Pronapa, mais sete termoluminescentes estabelecidas no Projeto Paranapanema em São Paulo, admitindo o centro de origem de Métraux.

Donald Lathrap criou uma hipótese contrária à de Meggers. Postulou que a cerâmica da América do Sul teria sido inventada dentro da Amazônia, sugerindo como centro de origem dos Proto-Tupi a confluência do rio Madeira com o Amazonas. Também sugeriu que os Proto-Tupi, pressionados pelos Aruák, teriam subido o Madeira e seus afluentes orientais até a região da Serra dos Parecis, onde teriam ocorrido as derivações que culminaram nas famílias lingüísticas do tronco Tupi (Lathrap, 1970:75-78). Suas hipóteses foram influenciadas por Métraux, apesar de não citá-lo e, explicitamente, por Rodrigues (1958). Brochado (1984), abandonando os pressupostos que tinha utilizado no Pronapa, adotou e ampliou as hipóteses de Lathrap.

Recentemente Ondemar Dias (1993), ao revisar os trabalhos de Brochado (1984) e Schmitz (1991), baseado apenas em informações de áreas não-Amazônicas, propôs uma área do Sudeste brasileiro entre o Paranapanema e Guaratiba como o centro de origem dos Tupi.

Claristella Santos (1991, 1992), ao discutir as abordagens que sintetizam e relacionam resultados lingüísticos e arqueológicos (exclusivamente os do Pronapa), considera que na época sugerida por Rodrigues (1964) para a origem do tronco Tupi – 5000 A.P.– tais povos ainda não possuiriam cerâmica, sendo ainda caçadores-coletores. Segundo a autora, não há uma unidade entre os dados lingüísticos e arqueológicos devido à suposição de que não haveria uma unidade histórico-cultural durante a “mudança fundamental, econômica, ocorrida no sistema cultural nos falantes da protolíngua tupi” (Santos, 1992:112). Assim, considera que a cerâmica, todos os seus atributos e os métodos analíticos aplicados não foram suficientes para demarcar os elementos que a relacionassem aos membros do tronco tupi.

As rotas de expansão: a busca dos caminhos dos Tupi

A identificação geográfica das rotas pré-históricas depende, exclusivamente, da relação entre a localização/estudo dos sítios arqueológicos e as datações radiocarbônicas/termoluminescentes. As migrações históricas estudadas por Métraux (1927), em que se apóia a maioria dos pesquisadores, representam basicamente os movimentos de fuga da pressão européia (veja também Fernandes, 1963:25-58). A definição lingüística das derivações pode propiciar localizações relativas, dependendo das informações arqueológicas e históricas para a definição geográfica das áreas de expansão. As rotas de expansão só começaram a ter uma conformação embasada em vestígios arqueológicos datados a partir da década de 60.

A maioria dos proponentes de centros de origem postulou rotas de expansão, quase sempre, da mesma maneira, carecendo de justificativas demonstráveis. E, especialmente os pesquisadores mais recentes, deixaram de considerar todo o conjunto das pesquisas arqueológicas existentes ou de reconhecer todos os avanços dos últimos trinta anos. Pode-

se dividir dois grupos principais de propostas: a) os que seguiram a expansão de sul para o norte; b) os partidários da expansão radial.

Martius (1867 I:7-10) postulou que a partir do Paraguai, a rota dos Tupi teria seguido primeiro para o sul e depois para o norte do Brasil: “Provavelmente da região entre o Uruguai e o Paraná, chegando até o litoral da Bahia, Pernambuco e as matas Amazônicas”. Martius, jamais citado pelos arqueólogos profissionais nos últimos 38 anos, aparece implicitamente em Meggers & Evans (1957) e nos que a seguiram. Costa (1934:mapa VI) seguiu Martius e foi o único que o citou.

D’Orbigny, seguindo Martius, sugeriu que uma porção dos Tupi teria se dirigido até a região de Buenos Aires, a partir de uma área entre Paraguai e Brasil. Posteriormente, outra porção teria ido para os Andes (Chiriguanos). Finalmente, sem fazer ligações com as suas sugestões citadas, concluiu que “somente os Guarani⁸, se se considera sua origem o Trópico de Capricórnio, haviam desenvolvido de sul a norte suas migrações” (D’Orbigny, 1944:37).

Ehrenreich (1891), observando a disposição geográfica dos Tupi históricos, propôs que a “dispersão radial” deu-se em sucessivas ondas, para o norte, leste e sul. Porém, seguindo Martius, repetiu que os que chegaram ao sul teriam, a seguir, se deslocado para o norte ao longo do litoral atlântico.

Métraux (1928:310-311), no caso guarani e tupinambá, fundiu o modelo da expansão radial com o da expansão de sul para norte através da costa atlântica.

Com a localização dos sítios e as datas radiocarbônicas, Brochado (1973) detalhou um esquema “migratório” para as regiões de atuação do Pronapa acatando também as direções já propostas por Métraux. Brochado (1973:17) sugeriu que a expansão dos “Tupiguarani” teria se dado em duas “ondas migratórias”: uma, pré-histórica, e outra, que se desenvolveu até depois da chegada dos europeus. A primeira onda representava a Subtradição Pintada e a segunda a Subtradição Corrugada.

Após os contatos com os europeus, a Subtradição Corrugada teria passado por uma transição, sendo substituída pela Subtradição Escovada. Estas subtradições caracterizam-se, em seu conjunto cerâmico, pela predominância de uma técnica de acabamento de superfície em relação a outros (*Terminologia*, 1969:7, 1976:143). Posteriormente, em sua tese (Brochado, 1984:69-77) e em diversos congressos científicos, refutou completamente a existência destas subtradições, explicando que tudo resultou de uma confusão estabelecida com a mistura indiscriminada das cerâmicas guarani e tupinambá (veja também: Brochado, Monticelli & Neumann, 1990; Brochado & Monticelli, 1994; La Salvia & Brochado, 1989).

Lathrap (1970:75-78, fig. 5) cruzando dados arqueológicos, lingüísticos e etnográficos, mas principalmente os arqueológicos, empregou a idéia de expansão radial, baseado na distribuição geográfica dos Tupi. Embora seu modelo tenha sido muito sintético e dedutivo, publicou uma hipótese que influenciaria propostas fora do esquema corrente entre os pesquisadores. Lathrap inaugurou uma era de polarização política, com uma discussão sobre a origem da cerâmica e da agricultura fora ou dentro da Amazônia. Sua metodologia de campo não foi muito diferente da dos “pronapianos”, embora fosse movido por concepções teóricas distintas.

Meggers & Evans (1973), a partir do centro de origem que propuseram a leste do rio Madeira, sugeriram rotas de expansão em direção ao sul do Brasil e depois para o norte (Meggers, 1972:129, 1975, 1976, 1982; Meggers & Evans, 1973, 1978:figs. 7-8; Meggers, Dias, Miller & Perota, 1988:fig. 5). Porém, Meggers & Evans (1973) não mencionam a seqüência completa da análise arqueológica comparativa relativa aos Tupi, privilegiando as seqüências estratigráficas do médio-baixo Amazonas e excluindo as seqüências de fora da Amazônia. Apesar de Meggers & Evans (1973:60) assumirem que há uma “inabilidade dos métodos léxico-estatísticos em revelar localizações anteriores de falantes de línguas aparentadas”, toda sua argumentação

sobre a expansão dos Tupi está baseada nas hipóteses da lingüística histórica e nas informações históricas analisadas por Métraux (1927).

Brochado (1984:28-39), seguindo Lathrap, procurou propor relações entre as divisões internas do tronco Tupi, desde o Proto-Tupi até a formação das línguas e dialetos históricos, sobrepondo-as ao modelo de evolução e diferenciações das cerâmicas Amazônicas (Lathrap, 1970; Brochado & Lathrap, 1980). Após observar as divisões do Proto-Tupi propostas por Rodrigues (1964) e Lemle (1971), verificou quais correspondências para estabelecer sobreposições entre elementos arqueológicos e lingüísticos conhecidos, considerando que as diferenciações materiais e lingüísticas devem ter sido concomitantes. Posteriormente, vem enfatizando a necessidade de ampliar as pesquisas regionais com o objetivo de fortificar os elos de ligação multidisciplinares que garantam a consistência dos resultados para cada povo Tupi (Brochado, com. pessoal, 1993).

Brochado (1984, 1989) formulou a hipótese de que o aparecimento do Proto-Tupi teria sido resultado de uma divisão entre povos produtores das cerâmicas da Tradição Guarita (da Tradição Policrômica Amazônica), em alguma região da Amazônia Central. Baseado em pressupostos da lingüística histórica, considerou que a diferenciação das línguas e das cerâmicas ao longo de diferentes expansões teria resultado da separação espaço-temporal do Proto-Tupi, causada por pressões populacionais contínuas devidas a um aumento demográfico no interior da região amazônica. Desta separação, as correlações mais evidentes ligam os Guarani às cerâmicas encontradas no oeste da Amazônia e os Tupinambá às cerâmicas do leste amazônico. Também sugeriu que as expansões se desenrolaram em dois momentos: a) primeiro, ao longo dos principais cursos fluviais; b) segundo, com o aumento da pressão demográfica, colonizando os afluentes cada vez menores.

Estas colonizações teriam, no caso guarani, um sentido do norte para o sul, desde a Amazônia até a foz do Prata, pelos cursos dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai – há sítios desde Corumbá (Peixoto, 1995) até

Buenos Aires. Para leste, no caso dos Tupinambá, saindo pela foz do Amazonas e seguindo pelo litoral até São Paulo e, também, entrando para o interior pelos rios que deságuam no Atlântico. Ao longo dos principais rios as populações se expandiram e, regidas pelo aumento demográfico, dominaram sucessivamente os rios de grandezas menores.

Em colaboração com Lathrap (Brochado & Lathrap, 1980; Brochado, 1984), concluiu que a diferenciação da cerâmica guarani em relação à tradição guarita manifestou-se pela perda de técnicas decorativas como o modelado, a excisão e a incisão em linhas finas e largas, ocorrida durante as expansões para fora da Amazônia, em direção sul, pelos rios Madeira e Guaporé. Teriam desaparecido, também, as tigelas com bordas extrovertidas e reforçadas, assim como as flanges labiais e mediais onde antes se concentrava a decoração. Do contato com portadores das cerâmicas do leste boliviano e peruano, teriam conhecido novas formas de panelas e jarras: conoidais, com contorno infletido ou complexo, marcado pelo desenvolvimento do bojo e/ou pela segmentação horizontal, corrugadas ou pintadas, utilizadas secundariamente como urnas funerárias. Estes são os traços característicos da cerâmica dos Guarani arqueológicos e históricos.

Ainda não há resultados arqueológicos para os Tupi no baixo Amazonas, mas apenas dados lingüísticos e históricos, porém Brochado propôs que a partir do seu centro de origem os Tupinambá teriam se deslocado para o leste, pelo médio curso até sair pela foz do Amazonas, colonizando o litoral para o sul até o Trópico de Capricórnio. A cerâmica tupinambá possui algumas características formais encontradas no baixo Amazonas e no estilo marajoara, preservando quase todas as vasilhas abertas, inclusive as de boca ovalóide e quadrangulóide, conservando a pintura policrômica concentrada nas bordas extrovertidas e reforçadas (estas características não ocorrem nas bacias do Madeira-Guaporé e Paraná-Paraguai). Não possui, porém, a maioria das formas fechadas, principalmente as antropomórficas e as técnicas

de incisão, excisão e modelagem. A partir de comparações entre as cerâmicas tupinambá e marajoara e dos indícios de que os Tupinambá teriam ocupado o baixo Amazonas, estamos sugerindo a hipótese de que a cerâmica marajoara poderia ter sido uma derivação da cerâmica tupinambá (Brochado & Noelli, m.s.).

Brochado (1984) demonstrou através de comparações formais e decorativas, que a cerâmica tupinambá não poderia ter se desdobrado e evoluído fora da Amazônia, próximo do Paraguai, como foi proposto originalmente no século passado. Nem se dispersado primeiro em direção ao sul e, posteriormente, ao norte do Brasil, como sugeriu Meggers ao reproduzir os modelos do século passado. Isto seria improvável, pois fora da Amazônia, no leste da América do Sul, não há nenhuma seqüência material que derivasse na cerâmica dos Tupi.

As relações lingüísticas publicadas após 1984 mostram ser impossível que os Tupinambá tivessem colonizado sua área de ocupação a partir do Paraguai até o sul do Brasil e depois em direção ao nordeste/norte. Considerada a mais antiga língua da família tupi-guarani (Jensen, 1989:13), o tupinambá não poderia derivar do guarani, cujos falantes eram os únicos ceramistas tupi ao sul de São Paulo. Brochado recebeu um reforço significativo depois que Rodrigues (1984-1985, 1986) apresentou os primeiros resultados a respeito das relações internas na família tupi-guarani. As relações entre o tupinambá e o kokáma podem vir a ser a chave explicativa para a confirmação da origem dos Tupinambá, desde que se consiga definir se o kokáma é ou não uma língua do tronco lingüístico tupi ou se é uma língua tupi adotada por um povo não-tupi. O kokáma e o tupinambá possuem características que estão ausentes nas línguas da família tupi-guarani ao sul do Amazonas, nas áreas do Tapajós-Madeira, Tocantins-Araguaia e Xingu, reforçando a hipótese de Brochado de que a expansão tupinambá teria iniciado no baixo Amazonas e seguido pelo litoral Atlântico rumo ao sul.

A esta questão lingüística soma-se outro elemento: uma das maiores dificuldades para derivar a cerâmica tupinambá da guarani seria explicar como, ultrapassando o Paranapanema, na sugerida difusão do sul para norte, a cerâmica tupinambá teria se transformado tão drasticamente, incluindo formas e técnicas de acabamento de superfície ausentes no Brasil meridional? Como isto seria possível, se diversos elementos formais da cerâmica tupinambá estão restritos apenas à região amazônica?

Procurou retomar a singularidade das cerâmicas relacionadas a cada um dos povos falantes das línguas do tronco tupi, procurando eliminar o impreciso conceito “pronapiano” de “Tupiguarani” (Brochado, 1984). Tendo a cerâmica, a lingüística e os dados históricos como referência, retomou o antigo conceito da arqueologia guarani, denominando-a Subtradição Guarani. Sugeriu o nome de Subtradição tupinambá para os Tupinambá do litoral brasileiro, assim como para os demais Tupi (não-Tupinambá) anteriormente enquadrados no “Tupiguarani”. Após 1984, Brochado vem propondo em encontros científicos, com critérios semelhantes, outra divisão: para os falantes do Tupinambá, exclusivamente, o conceito de Subtradição Tupinambá, com a intenção de diferenciá-los dos demais Tupi. Também considera necessário que se amplie a diferenciação para todos os Tupi, estendendo o conceito de subtradição cerâmica aos Asurini, Kokáma, Tapi-rapé, Mundurukú etc. O caso dos povos Tupi que não utilizam cerâmica deveria ser acuradamente estudado, para definir se nunca a produziram ou se houve uma perda.

Considerando que o tema ainda é incipiente, Brochado (com. pessoal, 1990) acredita que foi importante ter conseguido organizar um modelo que refletisse o conjunto de todas informações sobre os Tupi até 1984, escapando ao modelo tradicional apoiado, majoritariamente, em dados históricos e concebido muito antes da existência das evidências arqueológicas e lingüísticas dos últimos quarenta anos.

A hipótese de expansão proposta por Greg Urban (1992:92-93), a partir dos estudos de Rodrigues e Lemle, conecta mais explicitamente a derivação lingüística à expansão geográfica. Apesar da existência de informações arqueológicas, Urban empregou exclusivamente as lingüísticas. Urban divide as expansões em dois momentos sucessivos, com duas magnitudes crescentes em termos de distanciamento do centro de origem, de acordo com a cronologia sugerida por Rodrigues (1964). Entre 3000 e 5000 anos atrás, o primeiro momento corresponderia à divisão inicial e expansão do tronco tupi (denominado por ele de Macro-Tupi) numa área do Brasil Centro-Oeste, entre o Madeira e o Xingu, até o Amazonas, com maior concentração e diversidade em Rondônia (Urban, 1992:92).

Não mais associado à expansão inicial dos Tupi, conforme Urban, o segundo momento corresponde à expansão geográfica da família tupi-guarani, dividida em três fases consecutivas. Baseando-se em Rodrigues (1958, 1964), considera que esta etapa teria ocorrido entre 2000 ou 3000 anos. Sugere, também, que parte da expansão “é provavelmente muito recente” (Urban, 1992:92).

Propondo que a família tupi-guarani iniciou sua expansão “em algum lugar entre o Madeira e o Xingu”, sugeriu que a primeira derivação teria ocorrido em direção ao Amazonas, através dos Kokáma, e os Omágua se deslocaram até o Amazonas. “Pela mesma época”, os Guaiaki foram para o sul, atingindo o Paraguai, e os Siriono para o sudoeste até a Bolívia. Este momento foi seguido pelos falantes das línguas pauserna e kawahib (parintintín) a oeste, os Kayabi e Kamayurá ao longo do Xingu; os Xetá ao sul do Brasil; os Tapirapé, Tenetehara e, talvez, com os Wayampi se deslocando à frente até as Guianas, foram para próximo da foz do Amazonas (Urban, 1992:92).

Por volta do ano 1000, a terceira fase ocorreria com a expansão dos falantes do chiriguano e guarayo para a Bolívia, dos Tapieté e Guarani para o Paraguai, dos Kaingwa para a área entre o Paraguai, a Argen-

tina e o Brasil. Finalmente, os Tupinambá, Tupiniquin e Potiguara se instalariam na costa do Brasil. Originalmente, seriam falantes de uma única língua, denominada “Tupi-guarani, que não deve ser confundida com a família mais ampla” (Urban, 1992:92).

Urban, ao citar que teria havido uma língua chamada tupi-guarani, fez emergir uma antiga discussão de nomenclatura já resolvida no final da década de 40. Tupi-guarani, desde então, corresponde a uma família lingüística e não a uma língua (Edelweiss, 1947:3-9; Loukotka, 1950; Rodrigues, 1945, 1950, 1984-85). Portanto, conforme os referenciais da lingüística histórica, seria mais adequada a adição da palavra proto ao termo tupi-guarani, pois estaria se referindo à língua que deu origem às atuais da família Tupi-guarani. Deve-se ressaltar, também, que o kaingwa não é uma língua, mas uma expressão relativa aos falantes do guarani não-integrados às reduções jesuíticas ou às sociedades coloniais, significando “os do mato” (Melià, Saul & Muraro, 1987:362).

Finalmente, a questão das derivações mais recentes, “por volta do ano 1000”, foi superada pela obtenção de datas radiocarbônicas mais antigas, ressaltando a necessidade de uma conexão com os dados arqueológicos. Como se verá abaixo, os Tupinambá e os Guarani já estariam ocupando a maior parte de seus territórios historicamente conhecidos desde, pelo menos, 2000 anos atrás. Os Wayampi, só muito tempo depois do que sugeriu Urban, teriam chegado à Guiana no século XVII, migrando do Xingu devido à pressão escravagista luso-brasileira (Gallois, 1986:77-85).

A temporalidade das expansões tupi

Dois tipos de datação foram empregados: absolutas (radiocarbônicas e termoluminescentes) e relativas (seriações cerâmicas e glotocronologia). As seriações não serão consideradas na análise, por não representar um meio preciso de datação.

As datas glotocronológicas, propostas por Rodrigues (1958, 1964), são: o Proto-Tupi, língua que originou as componentes do tronco tupi, teria se constituído por volta de 5 000 anos atrás, e a família tupi-guarani, 2 500 anos depois. Esta data, para a família tupi-guarani, pode ser ampliada devido às datas que mostram os Guarani já estar ocupando o Paraná e o Rio Grande do Sul há, no mínimo, 2 000 anos e os Tupinambá há, pelo menos, 1 800 anos, Piauí, São Paulo e Rio de Janeiro. Apesar de estar publicadas desde o início dos anos 70, os lingüistas não vêm considerando as datações absolutas em suas análises ou na reprodução das datas de Aryon Rodrigues em 1958/1964 (Migliazza, 1982; Greenberg, 1987; Urban, 1992). As proposições lingüísticas poderiam ser comparadas e compassadas com as datações arqueológicas.

Existem diversas datas radiocarbônicas e termoluminescentes publicadas, posteriores ao Anno Domini, na Bacia Amazônica, Bacia do Paraná-Paraguai, Rio Grande do Sul, litoral atlântico e nos rios costeiros (Brochado, 1973, 1984; Brochado & Lathrap, 1980; Scatamacchia, 1990).

As datas são muito mais antigas do que imaginavam os etnólogos, desde Martius, que propuseram uma expansão rápida e próxima da chegada dos europeus. Isto estava apoiado na constatação da similaridade de diversos aspectos lingüísticos e culturais, pois se acredita que a uniformidade somente seria possível devido à pouca antigüidade do distanciamento entre os Tupi.

Apesar de ainda serem poucas em relação ao número de sítios, e desigualmente distribuídas entre as áreas de ocupação dos Tupi, as datas radiocarbônicas demonstram que a expansão e a diferenciação de alguns povos não foram recentes. Relacionadas com outras variáveis, estas datas propiciam elementos para projetar a expansão da família tupi-guarani para bem antes de 2 500 anos antes do presente.

Em três regiões há datações radiocarbônicas próximas ao Anno Domini: Santa Maria, RS, cerca de 150 d.C; médio rio Ivaí, PR, cerca de 100 d.C.; baixo Tietê, SP, cerca de 232 d.C.; São Raimundo Nonato, PI, cerca de 260 d.C; litoral Fluminense, RJ, cerca de 300 d.C. Algu-

mas destas datações estão isoladas, mas, como veremos a seguir, outras fazem parte de seqüências que se estendem até os tempos históricos. Tanto no extremo sul do Brasil, no nordeste e no litoral fluminense, portanto afastados de todos os centros de origem propostos, as datações atestam a antigüidade das expansões, podendo ser relacionadas às derivações lingüísticas. Na Argentina, no Uruguai, no Paraguai e na Bolívia há poucas datas, todas posteriores ao século X (Brochado, 1984). No Perú e áreas brasileiras vizinhas, as cerâmicas relacionadas aos Kokáma, Omágua e Kokamíya ainda estão por ser melhor pesquisadas (Lathrap, 1970; Myers, 1990).

Em outros pontos existem datações próximas das mais antigas: no rio Moji-Guaçu - 400 d.C.; litoral Fluminense, RJ, cerca de 440 d.C.; Santa Maria, RS, cerca de 475 d.C.; médio rio Ivaí, PR, cerca de 460 d.C. e cerca de 570 d.C.; baixo Tietê, SP, cerca de 578 d.C., podendo demonstrar a consistência das mais antigas. A seguir, aumenta o número de datas próximas do presente, em diversos pontos do leste da América do Sul. No litoral sudeste e nordeste do Brasil temos: baixo Tietê, SP, cerca de 668 d.C.; Curimataú, RN, cerca de 800 d.C.; litoral Fluminense, RJ, cerca de 870 d.C.; Cricaré, ES, cerca de 895 d.C., Guaratiba, RJ, cerca de 980 d.C.

Pode-se verificar que parte dos Tupi já estava espalhada pelo Brasil há pelo menos 2000 anos atrás, em áreas muito distantes entre si e dos centros de origem propostos, tornando obsoletas as considerações originais de Martius, reproduzidas por muitos pesquisadores, sobre a expansão rápida, pouco antes da chegada dos europeus.

Neste contexto é necessário considerar as pesquisas arqueológicas e os resultados regionais. Lembrar-se que houve mais pesquisa e datações no Brasil meridional e poucas pesquisas dentro da Amazônia e de outras regiões (cujos dados estão parcialmente publicados; cf. Brochado & Lathrap, 1980; Brochado, 1984; Scatamacchia, 1981, 1991). As mais recentes pesquisas na Amazônia estão apresentando datações que revelam uma antigüidade ainda maior de certos fenôme-

nos culturais, como a cerâmica, a agricultura e os cacicados. Isto poderá empurrar mais para o passado os Tupi, demonstrando-nos que certos elementos que lhes são comuns são ainda mais antigos.

Conclusões

Como se pode ver acima, a solução para os problemas do centro de origem e das rotas de expansão dos Tupi ainda não está definida. Paraphraseando Manuela Carneiro da Cunha (1992:11), pode-se dizer que já se sabe “a extensão do que não se sabe” a respeito da (Pré) História indígena brasileira.

Desde que Martius lançou sua hipótese, em 1838, as recorrências a ela foram freqüentes e, em sua maioria, sem as devidas provas oriundas da pesquisa arqueológica e da lingüística histórica. Isto é, as hipóteses postuladas até o final dos anos 50 estiveram apoiadas apenas em evidências históricas que remontavam à época da chegada dos europeus, bem como em evidências lingüísticas que não permitiam a verificação das derivações entre as línguas. Diante disto, é compreensível que a grande maioria dos pesquisadores dos povos Tupi sugerisse que a expansão foi tardia, próxima do século XVI. As datações citadas mostram que pelo menos os Guaraní e os Tupinambá já estavam instalados em seus territórios historicamente conhecidos desde 2000 anos atrás.

O conjunto de todas as informações arqueológicas, lingüísticas e etnográficas dos Tupi, em seus contextos geográficos, não apresenta evidência de um centro de origem fora da América do Sul. Também não há evidências que comprovem um centro de origem nas “terras altas” ou abaixo do Paralelo 160 sul.

Nas “terras baixas”, onde as seqüências de ocupações são conhecidas, está afastada a possibilidade de Paraguai, Bolívia meridional, Mato Grosso do Sul, Goiás, Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil terem sido o centro de origem, se confrontarmos todas as publicações

arqueológicas. No alto e médio Xingu, no Araguaia, e no alto e médio Tocantins, de acordo com as primeiras investigações do Pronapaba (Meggers, Dias, Miller & Perota, 1988:288), também não foram encontrados vestígios arqueológicos para viabilizar o centro de origem. Nessas áreas, considerando o conjunto de seqüências estratigráficas identificadas, há claras provas de que as cerâmicas Tupi não evoluíram das cerâmicas anteriores (figura 1).

Por outro lado, os vestígios arqueológicos tupi apresentam elementos estreitamente relacionados com as cerâmicas das seqüências estratigráficas da Amazônia central (figura 1), especialmente com os classificados na Tradição Policrômica Amazônica (Brochado, 1984:308; veja também Lathrap, 1970; Brochado & Lathrap, 1980; Roosevelt, 1991a, 1991b:98-125). Paralelamente, os dados lingüísticos apresentam a maior concentração de famílias e línguas tupi ao sul do Amazonas (Rodrigues, 1964, 1986; Urban, 1992). Além disso, há indícios de uma conexão lingüística muito antiga entre as línguas Proto-Tupi e Proto-Karíb, como se vem começando a detectar (Rodrigues, 1985:393-400). Perante a maior concentração das línguas karíb ao norte da linha do Equador, há mais uma evidência para aproximar o centro de origem dos Proto-Tupi à região amazônica (informações arqueológicas Karíb *in* Rouse, 1986).

Excetuando-se as áreas consideradas acima como improváveis, dentro da imensa região amazônica há um espaço em que se poderá vir a localizar o centro de origem dos Tupi: limitado ao norte pela margem direita do médio e baixo Amazonas; a leste pelo Tocantins; a oeste pelas bacias do Madeira e baixo-médio Guaporé; ao sul, por uma linha que vai do médio Guaporé (Paralelo 120°30') até o Tocantins, próximo da foz do Araguaia. Entretanto, estes limites ainda são genéricos, circunscrevendo o possível centro de origem, que deverá ser estabelecido com precisão em alguma parte do seu interior.

A partir dos elementos estudados, há uma tendência em situar o centro de origem na metade oeste da área de circunscrição. Em ter-

mos lingüísticos, a partir da maior concentração de famílias, há um consenso em situar o centro de origem na porção oeste da área acima circunscrita (principalmente na área próxima da bacia do Madeira-Guaporé). Em termos arqueológicos o modelo mais completo, complexo e atual, que organiza a maior quantidade de evidências, é o de Lathrap e Brochado, que postula a região junto à confluência do Madeira com o Amazonas como centro de origem (figura 2). Se for confirmada a hipótese de Lathrap (1970:78), de que os Proto-Tupi teriam sido pressionados a se deslocar para o sul, haverá uma explicação para o centro de origem da cerâmica estar afastado da área onde se formaram as famílias lingüísticas do tronco tupi.

A elucidação das rotas de expansão está intimamente vinculada às hipóteses sobre o centro de origem. Para precisá-las é necessário o estabelecimento das relações entre os vestígios arqueológicos e lingüísticos de todos os Tupi. É provável que a cada derivação lingüística tenha correspondido uma diferenciação cerâmica, semelhante ao que se verifica nos casos guarani e tupinambá (Brochado, 1984; Scatamacchia, 1981, 1991). No entanto, estas derivações ocorreram sem que tenha havido perda das características gerais do que foi denominado pelos “pronapianos” de cerâmica “Tupiguarani”.

As informações históricas, especialmente depois das profundas alterações demográficas e culturais ocorridas após a chegada dos europeus, não propiciam elementos confiáveis para a definição espacial das expansões. Pesquisas como as de Menéndez (1981/1982), Gallois (1986) e Porro (1992) demonstraram como a presença européia alterou a territorialidade amazônica, influenciando a mobilidade e o remanejamento espacial de vários povos. Estas pesquisas também mostram a extinção de muitos povos que poderiam ser falantes de línguas tupi. Assim como as pesquisas históricas, as arqueológicas com perspectivas regionais também poderão vir a demonstrar as alterações da distribuição espacial das populações pré-históricas, fornecendo elementos para explicar os seus processos de expansão e, quando for o caso, colapso.

Se considerarmos os vários povos Tupi histórica e arqueologicamente conhecidos, veremos que os dados mais completos se restringem apenas a dois, restando muito para ser conhecido a respeito dos materiais pré-históricos dos demais 39. Somente é possível fazer afirmações com base empírica para os Guarani e Tupinambá. Para os outros povos Tupi ainda não há evidências definitivas ligando-os a seus antepassados pré-históricos e, sucessivamente, definindo quais foram as rotas que os conduziram a seus territórios historicamente conhecidos. Ainda não foi feito estudo relacionando os materiais arqueológicos encontrados na região amazônica, como os do Pronapaba e outras pesquisas, com os materiais etnográficos dos Tupi⁹.

No estado da atual da pesquisa, também sobre as rotas de expansão o modelo mais completo é o de Brochado (1984). Foi o único que mapeou todas as áreas onde não houve possibilidade de desenvolvimento cultural dos Tupi, delimitando dessa forma os espaços possíveis de início das expansões para fora da Amazônia. Porém, este modelo concentra-se nas expansões guarani e tupinambá, estando, portanto, em aberto para os demais 39 povos Tupi historicamente situados na área de circunscrição ou na sua vizinhança (figura 3).

Os Tupinambá se expandiram a partir do baixo Amazonas, passando por sua foz em direção ao litoral brasileiro, de norte para sul, até alcançar o Trópico de Capicórnio. Paralelamente, grupos penetravam o interior, subindo pelas bacias que deságuam no Atlântico. Este modelo contradiz a hipótese de Martius, adotada pela maioria dos pesquisadores, apesar das crescentes evidências contra a centenária proposição de que os Tupinambá teriam vindo do sul do Brasil. O fato de que em todo o território tupinambá histórica e arqueologicamente conhecido não há evidências de relação entre os estratos tupinambá e os inferiores comprova que a cerâmica tupinambá não se desenvolveu fora da Amazônia.

A falta de pesquisas arqueológicas sistemáticas entre o Rio Grande do Norte e o Maranhão tem induzido os pesquisadores a se apoiarem

apenas nas informações históricas sistematizadas por Métraux (1927:2-16) e Fernandes (1963:33-57), sobre as fugas dos Tupinambá em direção ao Maranhão e ao Amazonas. O registro feito pelos quinhentistas Cardim (1939:179) e Soares de Sousa (1987:299-300) sobre a memória da conquista territorial realizada pelos antepassados dos Tupinambá, bem como aquele feito por Abbeville (1975:208-9) sobre as fugas devidas aos portugueses, não caracteriza o sentido sul-norte da expansão pré-histórica.

As informações sobre os Guarani são bem menos problemáticas que as dos Tupinambá. Em termos arqueológicos, excetuando a fronteira com outros Tupi, em todo o território guarani já estudado ao sul do Paralelo 170, não há nenhuma conexão direta com as evidências de ocupações anteriores. Em termos lingüísticos, a língua guarani tem relações mais estreitas com as línguas da família tupi-guarani faladas na Bolívia meridional, no Paraguai e no Brasil meridional (executando o tupinambá). Outro aspecto importante, consideradas as relações entre as línguas da família tupi-guarani, é que a maioria delas não derivou do guarani, eliminando a possibilidade da expansão sul-norte. Resta ainda pesquisar mais acuradamente a área ao norte do Paralelo 17, o Guaporé e a borda oeste do Pantanal, na Bolívia.

Os dados de antropologia física ainda não foram incorporados à questão da origem e expansão dos Tupi, mas poderão fornecer informações para reconstrução de populações parentais e inferências sobre suas diversificações, padrões de saúde/doença e modos de vida (Salzano, 1992). Alguns estudos recentes entre grupos tupi da Amazônia apontam para grandes distâncias genéticas e ação de fatores dispersivos entre eles, podendo vir a atestar uma tendência para assimilar membros de outras populações (Salzano & Callegari-Jacques, 1991). Estes estudos também podem ser efetuados em esqueletos de um mesmo sítio arqueológico, em nível local, ou, em grande escala, entre todos os esqueletos reconhecidos.

Outra faceta importante que deve ser incluída é relativa ao ritmo das expansões, pois elas não se desenvolveram no vácuo ou isoladas de

outras populações. Nenhum estudo foi dedicado ao tema. Subsiste ainda a reprodução do modelo sugerido por Martius, de que elas foram rápidas. Esta idéia não proporcionou o espaço para que se considerasse a dimensão cotidiana da vida tupi associada aos processos expansivos. Até o presente, não se pesquisou a questão das expansões perseguindo deliberadamente todos os complexos desdobramentos práticos e simbólicos envolvidos.

Na pesquisa em que apliquei a metodologia aqui proposta, de uma ampla integração entre dados arqueológicos, lingüísticos, históricos, etnográficos, etnobiológicos e ecológicos, sobre as práticas de subsistência guarani (Noelli, 1993b), pude concluir que só é possível conceber os Tupi como povos com alto grau de sedentarismo. Uma das principais conseqüências da expansão territorial deve ter sido o crescimento demográfico, que redundava em fracionamento de aldeias. Por outro lado, a expansão deve ter sofrido resistência das populações que ocupavam as áreas pretendidas, implicando complexas relações inter-étnicas que deviam oscilar entre contatos belicosos e amistosos.

Paralelamente, a prática do manejo de plantas agrícolas e de coleta deve ter se constituído em outro aspecto que influía diretamente no ritmo da expansão. Os Tupi transportaram suas plantas, inserindo-as por todas as regiões em que se instalavam, bem como se apropriaram de novos vegetais que iam conhecendo. Eram processos que exigiam investimento de tempo em pesquisa e preparação do ambiente, na transformação da floresta primária em áreas conhecidas e produtivas (Balée, 1994). Acrescento ainda que o ciclo fenológico das plantas deve ser mais um elemento a se considerar para estabelecer o ritmo das expansões.

Em função disso uma aldeia não poderia ocupar novas terras sem preparação prévia. Não poderia mudar-se para um território muito distante das aldeias aliadas. A expansão não pode ter ocorrido por saltos; necessariamente se dava por uma anexação contínua e paulatina de áreas imediatamente adjacentes aos territórios já ocupados

como vêm mostrando as pesquisas etnobiológicas sobre populações tropicais e subtropicais.

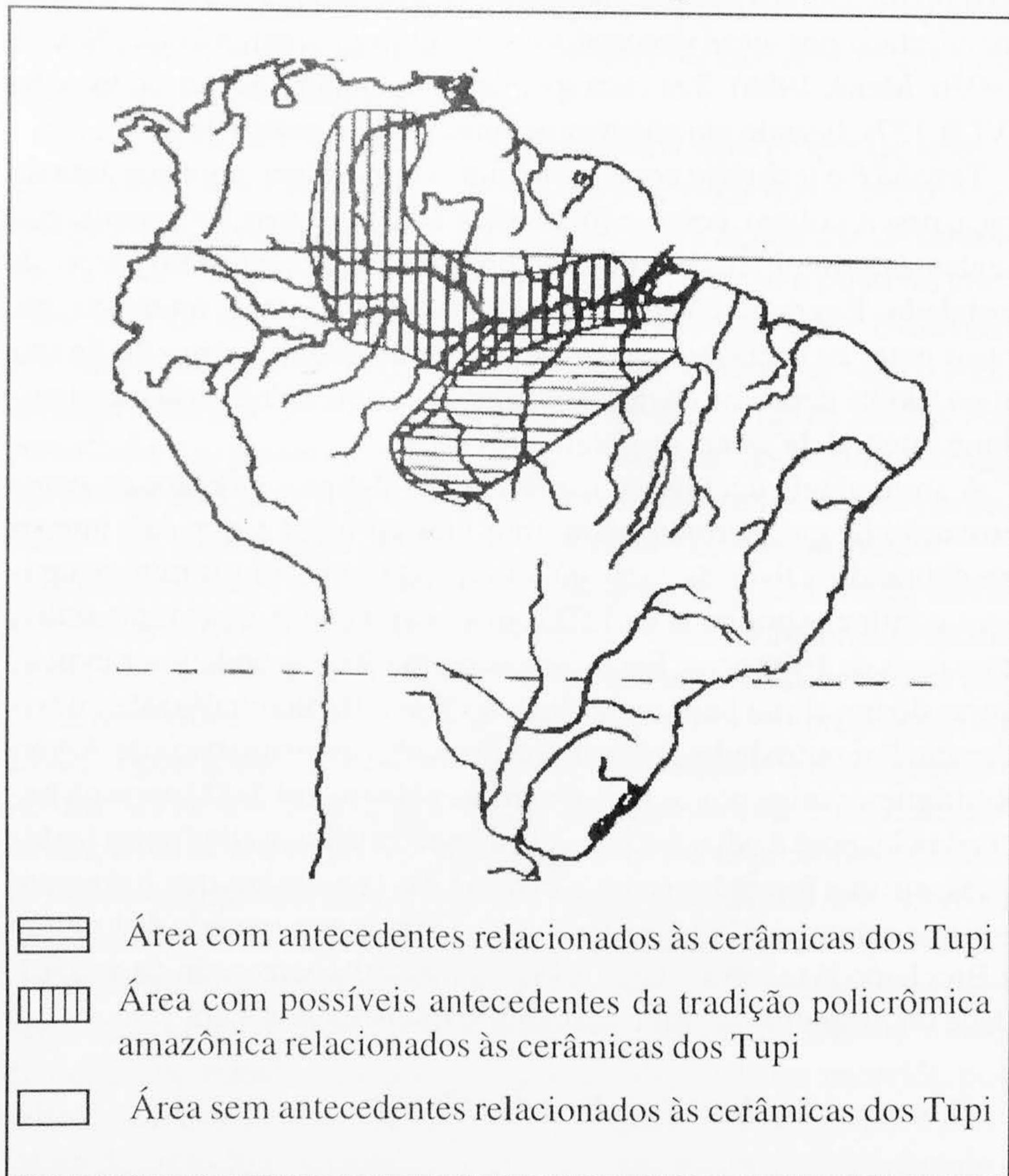
O aspecto central para reconhecer os elementos necessários à compreensão das variáveis que condicionavam as expansões está relacionado à territorialidade, em suas unidades sociais de consangüinidade e aliança, manifestada por áreas denominadas, no caso guarani, tekohá (Noelli, 1993b; Melià, 1986). Sua correspondente tupinambá é o termo tecoaba (VLB:127), ficando em aberto a pesquisa para os outros Tupi.

Tekohá é o território correspondente a uma aldeia, com sua área de caça, pesca, cultivo, coleta e fontes de matérias-primas, delimitado por acidentes geográficos e explorado predominantemente pelo grupo ali instalado. Em condições normais, o que ocorria era a mudança das casas entre as áreas manejadas dentro do tekohá. A formação de um novo tekohá dependia do desdobramento de uma aldeia e não do abandono integral da aldeia original.

A arqueologia e a lingüística fornecem alguns elementos de comprovação de que permaneciam num mesmo lugar e que dali iam se desdobrando. Diversas áreas guarani pesquisadas mostraram ocupações contínuas por mais de 1500 anos, assim como áreas tupinambá, com mais de 1000 anos. Essas longas permanências podem ser indicadoras de um ritmo bem mais lento do que o tradicionalmente considerado. Por outro lado, se forem confirmadas as estimativas de Aryon Rodrigues, vários povos tupi vivem há pelo menos 5000 anos na bacia do Guaporé e adjacências. A utilização exclusiva de fontes históricas, em que foram baseadas a maioria das conclusões que formaram o senso comum até hoje predominante (apesar de o modelo de Lathrap e Brochado já ter onze anos), não possibilitou a percepção da antigüidade da origem e do ritmo lento das expansões dos Tupi.

Desenhos: Carlos César Reis de Oliveira.

Distribuição da cerâmica policrômica no leste da América do Sul (figura 1)



Área de circunscrição do centro de origem dos Tupi (figura 2)



Início das rotas de expansão, e as áreas conhecidas dos Tupinambá e Guarani (figura 3)



Notas

- 1 Esta é uma versão com profundas alterações, correções e acréscimos de um artigo publicado anteriormente (Noelli, 1994).
- 2 Professor visitante no departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. Doutorando em Ciências Sociais na Unicamp.
- 3 Anthony (1990) sintetiza os princípios gerais para o estudo de migração.
- 4 O mapa de Nimuendajú (1981) mostra a localização histórica dos Tupi.
- 5 Em 1927-28 o tronco tupi não havia sido definido lingüisticamente, sendo chamado por Métraux de "tupi-guarani".
- 6 Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, 1965-1970. Continuado na Amazônia Legal Brasileira a partir de 1977, como Pronapaba, Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica (cf. análise geral in: Brochado, 1984; Alves, 1991; Noelli, 1993b).
- 7 Atualmente ultrapassadas (Morán, 1990; Roosevelt, 1991a, b, 1992).
- 8 Por Guarani, D'Orbigny designava a totalidade dos Tupi.
- 9 Coleções de cerâmicas etnográficas dos Tupi, como a estudada por Lima (1987), ainda não foram sistematicamente comparadas com coleções arqueológicas.

Bibliografia

ABBEVILLE, C.

- 1975 *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*, São Paulo, Itatiaia/EDUSP.

ALVES, C.

- 1991 "A cerâmica pré-histórica no Brasil: Avaliação e Proposta", *Clio*, série arqueológica, Recife, 1(7):9-88.

ANTHONY, D.W.

- 1990 "Migration in archaeology: the baby and the bathwater", *American Anthropologist*, 92:895-914.

BALDUS, H.

- 1954 "Bibliografia crítica da etnologia brasileira", São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo.

BALÉE, W.

- 1994 *Footprints of the forest. Ka'apor ethnobotany – the historical ecology of plant utilization by an amazonian people*, New York, Columbia University Press.

BERTONI, M.S.

- 1916 "Influencia de la lengua Guaraní en Sud-América y Antillas", *Anales Científicos Paraguayos*, série II, Asunción, 1:1-120.

- 1922 *La Civilización Guaraní*, parte I, Puerto Bertoni, Ex Sylvis.

BRANDÃO, C.R.

- 1990 "Os Guaraní: índios do sul, religião, resistência e adaptação", *Estudos Avançados*, São Paulo, 4(10):53-90.

BROCHADO, J.P.

- 1973 "Migraciones que difundieron la tradición alfarera Tupiguaraní", *Relaciones*, Buenos Aires, 7:7-39.

- 1984 *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America*, Urbana-Champaign, University of Illinois at Urbana-Champaign, tese de doutorado.
- 1989 “A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policrômica amazônica”, *Dédalo*, São Paulo, 27:65-82.
- 1991 “Um modelo de difusão da cerâmica e da agricultura no leste da América do Sul. Anais do Iº Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro”, *Clio*, série arqueológica, Recife, 4:85-88.

BROCHADO, J.P.; CALDERÓN, V.; CHMYZ, I.; DIAS, O.; EVANS, C.; MARANCA, S.; MEGGERS, B.J.; MILLER, E.T.; NASSER, N.; PEROTA, C.; PIAZZA, W.; RAUTH, J. & SIMÕES, M.

1969 *Arqueologia brasileira em 1968*, Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.

BROCHADO, J.P. & LATHRAP, D.

1980 *Amazonia* (datilografado).

BROCHADO, J.P.; MONTICELLI, G. & NEUMANN, E.

1990 “Analogia etnográfica na reconstrução gráfica das vasilhas Guarani arqueológicas”, *Veritas*, Porto Alegre, 35(140):727-43.

BROCHADO, J.P. & MONTICELLI, G.

1994 “Regras práticas na reconstrução gráfica da cerâmica Guarani por comparação com vasilhas inteiras”, *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, 20(2):107-18, 1994.

BROCHADO, J.P. & NOELLI, F.S.

s.d. *Relações entre as cerâmicas marajoara e tupinambá* (datilografado).

CAMARA JR., J.M.

1979a *Introdução às línguas indígenas brasileiras*, Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico S/A.

1979b *Princípios de lingüística geral*, 6ª Ed., Rio de Janeiro, Padrão.

CARDIM, F.

1939 *Tratado da terra e gente do Brasil*, São Paulo, Cia Editora Nacional.

CHILDE, A.

1940 “Étude philologique sur les noms du ‘chien’ de l’antiquité jusqu’à nos jours”, *Arquivos do Museu Nacional*, 39:5-498. Rio de Janeiro.

COSTA, A.

1934 *Introdução à arqueologia brasileira*, São Paulo, Cia. Editora Nacional.

CUNHA, M.C.

1992 “Introdução a uma história indígena”, in CUNHA, M.C. (org.), *História dos índios no Brasil*, São Paulo, FAPESP/SMC/Cia. das Letras, pp. 9-24.

DIAS, O.

1993 *Considerações a respeito dos modelos de difusão da cerâmica Tupiguarani no Brasil*, texto apresentado na IX Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 14 págs. (datilografado).

D'ORBIGNY, A.

1944 *El hombre americano considerado en sus aspectos fisiológicos y morales. Traducción de Alfredo Cepeda*, Buenos Aires, Editorial Futuro.

DYEN, I.

1956 “Language distribution and migration theory”, *Language*, Baltimore, 32:611-26.

EDELWEISS, F.

1947 *Tupis e Guaranis, estudos de etnonímia e lingüística*, Salvador, Museu do Estado da Bahia.

EHRENREICH, P.

1891 “Die Einteilung und Verbreitung der Völkerstämme Brasiliens nach dem gegenwärtigen Stande unsrer Kenntnisse”, *Patermanns Mitteilungen*, Göttingen, 37:81-91, 114-24.

EHRET, C.

1976 "Linguistic evidence and its correlations with archaeology", *World Archaeology*, 8(1):5-18. 1976.

EVANS, C.

1967 "Introdução", *PRONAPA 1*, Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 6:7-12.

FAUSTO, C.

1992 "Fragmentos de história e cultura tupinambá. Da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico", in CUNHA, M.C. (org.), *História dos índios no Brasil*, São Paulo, FAPESP/SMC/Cia. das Letras, pp. 381-96.

FERNANDES, F.

1963 *Organização social dos Tupinambá*, 2ª edição, São Paulo, Difel.

FREITAS, A.A.

1914 "Distribuição geographica das tribus indígenas na época do descobrimento", *Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo*, São Paulo, 19:103-28.

GALLOIS, D.T.

1986 *Migração, guerra e comércio: os Waiapi na Guiana*, São Paulo, FFLCH-USP.

GARCIA, R.

1922 "Ethnographia indigena", *Diccionario histórico, geographico, e ethnographico do Brasil*, Introdução geral, I, Rio de Janeiro, Imprensa Official, pp. 249-77.

GREENBERG, J.

1987 *Language in the Americas*, Stanford, Stanford University Press.

GUÉRIOS, R.F.M.

- 1935 “Novos rumos da tupinologia”, separata da *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*, Curitiba, 1(2), 12 págs.

HOWARD, G.D.

- 1947 “Prehistoric ceramic styles of lowland South America, their distribution and history”, *New Haven*, Yale University Publications in Anthropology, 37:5-95.
- 1948 “Northeast Argentina”, in HOWARD, G.D & WILLEY, G.R., *Lowland Argentine archaeology*, New Haven, Yale University Publications in Archaeology, 39:9-24, 1948.

JENSEN, C.J. J.

- 1989 *O desenvolvimento histórico da língua Wayampi*, Campinas, Editora da UNICAMP.

KRAUSE, F.

- 1925 “Beiträge zur Ethnographie des Araguaya-Xingu-Gebietes”, *Actés du XXI^e Congrès International des Américanistes*, Göteborg, pp. 67-79.

LARAIA, R.B.

- 1986 *Tupi: índios do Brasil atual*, São Paulo, FFCLH-USP.
- 1988 “O movimento constante do povoamento indígena no Brasil”, *Humanidades*, Brasília, 5:104-9.

LA SALVIA, F. & BROCHADO, J.P.

- 1986 *Cerâmica guarani*, Porto Alegre, Pozenato Arte & Cultura.

LATHRAP, D.

- 1970 *The upper Amazon*, London, Thames and Hudson.

LEMLE, M.

- 1971 “Internal classification of the Tupi-guarani linguistic family”, in BENDOR-SAMUEL, D., *Tupi Studies*, 1:107-29, Norman, Summer Institute of Linguistics.

LIMA, T.A.

- 1987 "Cerâmica indígena brasileira", in RIBEIRO, B. (coord.), *Suma etnológica brasileira*, vol. 2. Petrópolis, Vozes, 1987, pp. 173-229.

LINNÉ, S.

- 1925 "The technique of South American ceramics", *Göteborg, Göteborgs kungl. Vetenskaps-och Vitterhets-Samhälles Handlingar*.

LOTHROP, S.K.

- 1932 "Indians of the Paraná Delta, Argentina", *Annals of the New York Academy of Science*, New York, 32:77-232.

LOUKOTKA, C.

- 1929 "Le setá, un nouveau dialecte tupi", *Journal de la Société des Américanistes*, n.s., Paris, 21:373-98.
- 1935 "Línguas indígenas do Brasil", *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 54:147-74.
- 1950 "Les langues de la famille tupi-guarani", *Boletim nº16 de Etnografia e Línguas tupi-guarani da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, São Paulo.

MAGALHÃES, E.D.

- 1993 "O tupi no litoral", *Revista de Arqueologia*, São Paulo, 7:51-67.

MARTIUS, K.F.Ph.

- 1845 "Como se deve escrever a história do Brazil", *Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 6:389-411.
- 1867 *Beiträge zur Ethographie und Sprachangenkunde Südamerikas zumals Brasiliens*, vol. I, Leipzig, Friederich Fischer.

MASON, J.A.

- 1950 "The languages of South American Indians", in STEWARD, J. (ed.), *Handbook of South American Indians*, 6:157-317, Washington, Smithsonian Institution.

MEGGERS, B.J.

- 1951 "A pre-columbian colonization of the Amazon", *Archaeology*, New York, 4(2):110-14.
- 1954 "Environmental limitation on the development of culture", *American Anthropologist*, 56:801-24.
- 1957 "Environment and culture in the Amazon Basin: an appraisal of the theory of environmental determinism", *Studies in human ecology*, Washington D.C., The Pan American Union.
- 1963 Cultural development in Latin America: an interpretative overview, in MEGGERS, B. & EVANS, C. (eds.), *Aboriginal cultural development in Latin America: an interpretative review*, Washington D.C., Smithsonian Institution, pp.131-45.
- 1972 *Prehistoric America*, Chicago, Aldine Publishing Press.
- 1975 "Application of the biological model of diversification to cultural distributions in Tropical Lowland South America", *Biotropica*, 7:141-61.
- 1976 "Fluctuación vegetal y adaptación cultural prehistórica en Amazonia: algunas correlaciones tentativas" *Relaciones*, n.s., Buenos Aires, 10:11-26.
- 1982 "Archaeological and ethnographic evidence compatible with the model of forest fragmentation" in PRANCE, G.T., *Biological diversification in the tropics*, New York, Columbia University Press, pp. 483-96.
- 1985 "Advances in Brazilian Archaeology, 1935-1985", *American Antiquity*, 50(2):364-73.

MEGGERS, B.J. & EVANS, C.

- 1957 *Archaeological investigations at the mouth of the Amazon*, Washington, Smithsonian Institution.
- 1973 "A reconstituição da pré-história amazônica: algumas considerações teóricas", *O Museu Goeldi no ano do Sesquicentenário*, Belém, Publicações Avulsas 20, pp. 51-69.
- 1978 "Lowland South America and the Antilles", in JENNINGS, J.D., *Ancient native Americans*, San Francisco, W.H. Freeman & Co., pp. 543-91.

MEGGERS, B.J.; DIAS, O.; MILLER, E.Th. & PEROTA, C.

- 1988 "Implications of archaeological distributions in Amazonia", separata dos *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, pp. 275-94.

MELIÀ, B.

- 1986 "El 'modo de ser' Guaraní en la primera documentación jesuítica (1594-1639)", in Bartomeu MELIÀ, B., *El Guaraní conquistado y reducido*, Asunción, CEAUC, pp. 93-116.

MELIÀ, B.; SAUL, M.V.A. & MURARO, V.

- 1987 *O Guarani, uma bibliografia etnológica*, Santo Ângelo, Fundação Nacional pró-Memória/ FUNDAMES.

MENÉNDEZ, M.

- 1981 "Uma contribuição para etno-história da área Tapajós-Madeira", *Revista do Museu Paulista*, nova série, São Paulo, 28:289-388.

MÉTRAUX, A.

- 1927 "Migrations historiques des Tupi-guarani", *Journal de la Société de Américanistes*, n.s., Paris, 19:1-45.
- 1928 *La civilisation matérielle des tribus Tupi-guarani*, Paris, Librairie Orientaliste.
- 1948 "The Guarani", in STEWARD, J., *Handbook of South American Indians*, 3:69-94. Washington, Smithsonian Institution.
- 1948 "The Tupinamba", in STEWARD, J., *Handbook of South American Indians*, 3:95-133. Washington, Smithsonian Institution.

MIGLIAZZA, E.

- 1982 "Linguistic prehistory and the refuge model in Amazonia", in PRANCE, G.T. (ed.), *Biological diversification in the Tropics*. New York, Columbia University Press, pp. 497-519.

MONTSERRAT, R.M.F.

- 1994 "Línguas indígenas no Brasil contemporâneo" in GRUPIONI, L.D.B. (org.), *Índios no Brasil*, Brasília, Ministério da Educação e Desporto, 1994, pp. 93-104.

MORÁN, E.F.

- 1990 *A Ecologia humana das populações da Amazônia*, Petrópolis, Vozes.

MYERS, T.

- 1990 *Sarayacu: ethnohistorical and archaeological investigations of a nineteenth-century franciscan mission in the Peruvian Montaña*, Lincoln, University of Nebraska Studies.

NETTO, L.

- 1885 “Investigações sobre archeologia brasileira”, *Archivos do Museo Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 6:257-554.

NIMUENDAJÚ, C.U.

- 1981 *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú*, Rio de Janeiro, IBGE/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA.

NOELLI, F.S.

- 1993a “Por uma revisão da ‘busca da terra sem mal’ dos Tupi”, *Boletim da ABA*, Florianópolis, 20:16, dezembro.
- 1993b *Sem Tekohá não há Tekó (em busca de um modelo etnoarqueológico da subsistência e da aldeia guarani aplicado a uma área de domínio no delta do Jacuí-RS)*, Porto Alegre, dissertação de mestrado, IFCH-PUCRS.
- 1994 “Uma revisão das hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão pré-históricas dos Tupi”, *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, 20(1):107-35.
- s.d. *A fossilização de uma visão acadêmica: o desenvolvimento e a manutenção da produção científica de Betty J. Meggers (1948-1993)*, manuscrito.

PEIXOTO, J.L.

- 1995 *A ocupação do Tupiguarani na borda oeste do Pantanal Sulmatogrossense: maciço do Urucu*, Porto Alegre, dissertação de mestrado, IFCH-PUCRS.

PORRO, A.

- 1992 *As crônicas do rio Amazonas. Notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia*, Petrópolis, Vozes.

PRONAPA, Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas.

- 1970 "Brazilian Archeology in 1968: An interim report on the National Program of Archeology Research – PRONAPA", *American Antiquity*, 35(1):1-23.

RENFREW, C.

- 1987 *Archaeology and language. The puzzle of Indo-European origins*, London, Jonathan Cape Ltd., 1987.

RIVET, P.

- 1924 "Langues Américaines, III. Langues de l'Amérique du Sud et des Antilles", in MEILLET, A. & COHEN, M. (eds.), *Les Langues du Monde*, Collection Linguistique, Société de Linguistique de Paris, Paris, 16:639-717.

RODRIGUES, A.D.

- 1945 "Fonética histórica tupi-guarani: diferenças fonéticas entre o tupi e o guarani", *Arquivos do Museu Paranaense*, Curitiba, 4:333-54.
- 1950 "A nomenclatura na família Tupi-guarani", *Boletín de Filología*, Montevideo, 6(43-44-45):98-104.
- 1958 "Classification of Tupí-Guaraní", *International Journal of American Linguistics*, 24:231-4.
- 1963 "Os estudos de lingüística indígena no Brasil", *Revista de Antropologia*, São Paulo, 11(1-2):9-22.
- 1964 "A classificação do tronco lingüístico Tupi", *Revista de Antropologia*, São Paulo, 12:99-104.
- 1984 "Relações internas na família lingüística tupi-guarani", *Revista de Antropologia*, São Paulo, 27-28:33-53.
- 1985 "Evidences for Tupi-Carib relationship", in KLEIN, H. & STARK, L. (eds.), *South American indian languages: retrospect and prospect*, Austin, University of Texas Press, pp. 371-404.
- 1986 *Línguas brasileiras*, Loyola, São Paulo.

ROOSEVELT, A.C.

- 1991a “Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia”, in NEVES, W. (org.), *Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia*, Belém, SCT/CNPq/MPEG, pp. 103-41.
- 1991b *Moundbuilders of the Amazon*, Nova York, Academic Press.
- 1992 “Arqueologia Amazônica”, in CUNHA, M.C. (org.), *História dos índios no Brasil*, São Paulo, FAPESP/SMC/Cia das Letras, pp. 53-86.

ROUSE, I.

- 1986 *Migrations in prehistory*, New Haven, Yale University Press.

SALZANO, F.M.

- 1992 “O velho e o novo. Antropologia física e história indígena”, in CUNHA, M.C. (org.), *História dos índios no Brasil*, São Paulo, FAPESP/SMC/Cia. das Letras, pp. 27-36.

SALZANO, F.M. & CALLEGARI-JACQUES, S.M.

- 1991 “O índio da Amazônia: uma abordagem microevolucionária”, in NEVES, W., *Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia*, Belém, SCT/CNPq/MPEG, pp. 39-53.

SANTOS, C.A.

- 1991 *Rotas de migração Tupiguarani – análise das hipóteses*, Recife, dissertação de mestrado, CFCH-UFPE.
- 1992 “Mobilidade espaço-temporal da Tradição Tupiguarani: considerações lingüísticas e arqueológicas”, *Clio*, série arqueológica, Recife, 1(8):89-130.

SCATAMACCHIA, M.C.M.

- 1981 *Tentativa de caracterização da tradição tupiguarani*, São Paulo, dissertação de Mestrado, FFLCH-USP.
- 1991 *A Tradição policrômica no leste da América do Sul evidenciada pela ocupação guarani e tupinambá: fontes arqueológicas e etno-históricas*, São Paulo, tese de doutorado, FFLCH-USP.

SCHMIDT, W.

- 1913 "Kulturkreise und Kulturschichten in Südamerika", *Zeitschrift für Ethnologie*, Berlin, 45:1014-130.

SCHMITZ, P.I.

- 1985 "O Guarani no Rio Grande do Sul", *Boletim do Marsul*, Taquara, 2:5-42.
1991 "Migrantes da Amazônia: A tradição tupi-guarani", *Arqueologia do RGS, Brasil – Documentos*, São Leopoldo, 5:31-66.

SILVA, F.A. & MEGGERS, B.J.

- 1963 "Cultural development in Brazil", in MEGGERS, B. & EVANS, C. (eds.), *Aboriginal cultural development in Latin America: an interpretative review*, Washington D.C., Smithsonian Institution, pp. 119-29.

SOARES DE SOUSA, G.

- 1987 *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, São Paulo, Cia. Editora Nacional.

STELLA, J.B.

- 1928 "As línguas indígenas da América", *Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo*, São Paulo, 26:5-172.

SUSNIK, B.

- 1975 *Dispersión tupí-guaraní prehistórica. Ensayo analítico*, Asunción, Museo Etnográfico "Andrés Barbero".

SWADESH, M.

- 1971 "Glottochronology", in FRIED, M., *Readings in Anthropology*, 2nd Ed. New York, Thomas Crowell Co., pp. 384-403.

TERMINOLOGIA.

- 1969 "Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica, parte II", CEPA, *Manuais de Arqueologia nº 1*, Curitiba, UFPR, 8 págs.
1976 "Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica", 2ª Ed. revista e ampliada, *Cadernos de Arqueologia*, Curitiba, 1(1):119-148, Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas.

TORRES, L.M.

- 1911 *Los primitivos habitantes del delta del Paraná*, Buenos Aires, Imprenta de Coni Hermanos.
- 1934 “Relaciones arqueológicas de los pueblos del Amazonas”, *Actas y Trabajos Científicos del XXV Congreso Internacional de Americanistas*, Buenos Aires, 2:191-193.

URBAN, G.

- 1922 “A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas”, in CUNHA, M.C., *História dos índios no Brasil* (org.), São Paulo, FAPESP/SMC/Cia. das Letras, pp. 87-102.

VLB

- 1952 *Vocabulário na língua brasílica*, 2ª ed. revista por Carlos Drummond, São Paulo, Boletim nº 137, Etnografia e tupi-guarani nº 23-FFCL-USP.

VON DEN STEINEN, K.

- 1886 *Durch Zentral-Brasilien. Expedition zur Erforschung des Schingú im Jahre 1884*, Leipzig, F.A. Brockhaus, 1886.

WILLEY, G.

- 1949 “Ceramics”, in STEWARD, J., *Handbook of South American Indians*, 5:139-204, Washington, Smithsonian Institution.

WILLEY, G.R. & PHILLIPS, P.

- 1958 *Method and theory in American archaeology I*, Chicago, The University of Chicago Press.

ABSTRACT: The origins and expansion of the Tupian has been fancied and investigated since 1838. Only in the last 40 years the problem has been tackled with help from Historical, Linguistic and Archaeological data. Yet those new information has not been incorporated, and hypothesis and conclusions proposed more than a century ago are still extend.

KEY WORDS: archaeology, Tupian homeland, routes of expansion of the Tupians.

Aceito para publicação em agosto de 1995.